

Belém do Pará será o foco global dos esforços para combater a crise climática no próximo ano. A cidade do norte do Brasil abrigará uma das conferências mais importantes sobre o clima nesses últimos anos.

Mesmo antes da COP30, a conferência da ONU sobre o clima, marcada para novembro de 2025, o mundo deve presenciar várias oportunidades para avançar nesses temas que vão desde os níveis alarmantes de poluição plástica até o financiamento para a transição de uma economia mais limpa em todo o globo.

1. Poderemos manter a meta de 1.5°Celsius?

“Manter a meta 1.5 viva” tem sido um clamor das Nações Unidas há vários anos. Essa é a referência ao objetivo de assegurar que a temperatura global média não ultrapasse a marca de 1.5°Celsius acima dos níveis pré-industriais.

O consenso científico é de que a falta de ação teria consequências catastróficas. Os chamados países na linha de frente da crise climática como os Estados-ilha em desenvolvimento poderiam desaparecer sendo empurrados para baixo do oceano à medida que os níveis de mar sobem.



© Unicef/Lasse Bak Mejlvang

Pescador sentado em sacos de areia que protegem Tuvalu, nação insular do Oceano Pacífico, contra a erosão marinha

Na COP30, que será realizada entre 10 e 21 de novembro de 2025, o foco deverá ser a mitigação com ações e políticas para reduzir as emissões que causam o efeito estufa.

As nações devem chegar a Belém do Pará com compromissos mais ambiciosos e atualizados na direção de diminuir os gases poluentes.

Muitas promessas feitas até o momento são totalmente inadequadas para reduzir os níveis de temperatura, como previsto pelo Acordo de Paris, firmado em 2015.

2. Protegendo a natureza

A realização da COP30 no coração da Amazônia brasileira tem uma importância simbólica. A conferência em Belém remonta ao início dos esforços internacionais para proteger o meio ambiente.

Em 1992, o Rio de Janeiro abrigou a icônica conferência sobre o clima, Rio + 20 ou Cúpula da Terra, que levou ao estabelecimento de três tratados ambientais sobre mudança climática, biodiversidade e desertificação.



© Unsplash/Sreenivas

54 / 5,000 Um papagaio em pé em um galho de árvore em Maharashtra, Índia

Belém do Pará também destaca o papel que a natureza ocupa na mudança climática. A floresta é um enorme sumidouro de carbono, um sistema natural que absorve e armazena CO₂, um gás que causa o efeito estufa. Além disso, as matas impedem esses gases de entrarem na atmosfera o que causaria o aquecimento global.

Infelizmente, as florestas e outras soluções baseadas na natureza, enfrentam ameaças advindas do desenvolvimento humano como a exploração ilegal de madeira que devasta grandes partes da região.

A ONU continuará o trabalho iniciado em 2024 para melhorar a proteção da floresta e de outros ecossistemas nas conversações sobre biodiversidade que devem ser retomadas em fevereiro, em Roma, na Itália.

3. Quem paga tudo isso?

O financiamento tem sido um dos temas mais espinhosos em negociações internacionais sobre o clima. Os países em desenvolvimento argumentam que as nações ricas podem contribuir muito mais para os projetos e para iniciativas que as ajudariam a passar dos combustíveis fósseis para fontes mais limpas de energia.

Já os países avançados acreditam que economias em rápido crescimento como a da China, a maior emissora de gases de efeito estufa no mundo, também deveriam pagar pela sua parte.



© Unfccc/Habib Samadov

Ativistas protestam contra combustíveis fósseis na COP29 em Baku, Azerbaijão

Durante a COP29 em Baku, no Azerbaijão, houve um progresso com a adoção do acordo para triplicar o montante de financiamento do clima pago pelos países desenvolvidos. Com isso, o valor passa a ser de US\$ 300 bilhões até 2035. Para os analistas, esse é um grande passo adiante, mas a soma final representa menos do US\$ 1,3 trilhão necessário para que os países possam arcar com a adaptação à crise climática.

Em junho de 2025, Sevilha, na Espanha, abrirá suas portas para a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento. Ali, o mundo espera mais avanços. O evento é realizado a cada 10 anos.

A próxima conferência é vista como uma oportunidade para se fazer mudanças radicais na

arquitetura internacional financeira. As preocupações ambientais e climáticas serão colocadas sobre a mesa de discussão assim como soluções potenciais que incluem um imposto verde, preço do carbono e subsídios.

4. Estabelecendo a lei

Quando a Corte Internacional de Justiça examinou o tema da mudança climática, em dezembro, o mundo considerou o encontro como um marco referente às obrigações legais dos Estados sob a lei internacional.



© Pnud/Silke von Brockhausen

Vanuatu frequentemente vivencia condições climáticas extremas e destrutivas, como tufões, que estão sendo agravadas pelas mudanças climáticas

Vanuatu, uma ilha do Pacífico que é particularmente vulnerável à crise, pediu à Corte Internacional de Justiça um parecer consultivo para esclarecer as obrigações dos Estados em relação à mudança climática, e informar sobre quaisquer procedimentos jurídicos no futuro.

Durante duas semanas, 96 países e 11 organizações regionais participaram das audiências públicas na Corte incluindo Vanuatu e um grupo de outros Estados-ilha do Pacífico além das maiores economias do mundo: China e Estados Unidos.

A Corte deve se reunir por vários meses antes de emitir um parecer final sobre o tema. Ainda que a opinião do tribunal não seja juridicamente vinculável, espera-se que ela sirva de guia para a lei internacional climática.

5. Poluição plástica

As conversações convocadas pela ONU sobre a forma de responder à epidemia de poluição climática chegaram muito perto de um acordo durante as negociações realizadas na cidade de Busan, na Coreia do Sul.

Alguns avanços chave foram alcançados em novembro de 2024 durante a quinta rodada das negociações. O evento ocorreu após a resolução da Assembleia do Meio Ambiente, em 2022, que pediu um instrumento internacional sobre a poluição plástica incluindo o ambiente marinho.

O tratado em três áreas cruciais: produtos plásticos incluindo a questão dos químicos, produção sustentável e consumo e financiamento precisa ser aprimorado.



Pnud Índia

Atualmente, a Índia gera 62 milhões de toneladas de resíduos por ano, sendo os resíduos sólidos, plásticos e eletrônicos os principais materiais

Os Estados-membros estão sendo cobrados agora para encontrar soluções políticas sobre suas diferenças antes da retomada da sessão.

Espera-se ainda um tratado final que considere o ciclo completo da vida dos plásticos e aproveite o momento global para acabar com a poluição plástica.

A diretora executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Pnuma, Inger Andersen, acredita que o mundo quer e exige o fim da poluição por plásticos.

Para ela, o tratado precisa combater o problema, de forma contundente, em vez de abordar o assunto de maneira superficial e abaixo do que realmente precisa ser feito.

Cinco pontos decisivos em 2025 contra a crise climática BR

Andersen apelou a todos os países-membros da ONU que participem da empreitada.